

Empíria, teoria e favelas: *Fazendo a cidade* e o legado de Luiz Antonio Machado da Silva para a sociologia urbana

Resenha (review) de 'Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas', de Luiz Antonio Machado da Silva

Wellington da Silva Conceição
Professor da UFT

Recebido em: 26/12/2016
Aprovado em: 13/03/2017

Um(a) jovem estudante, que se interesse pela sociologia urbana e se empenhe em reconhecer uma bibliografia brasileira sobre a temática, certamente encontrará referências à Luiz Antonio Machado da Silva. Não é para menos: com uma profícua atuação em importantes centros universitários, como o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Machado não só desenvolveu pesquisas relevantes para a sociologia urbana brasileira como orientou grandes nomes dessa área e inspirou tantos outros. Mas, se até 2015, tal jovem procurasse por um livro no qual Machado fosse o único autor (e não coautor ou organizador) e apresentasse/sintetizasse suas contribuições, certamente se espantaria ao perceber a inexistência de uma obra assim.

Autor de inúmeros artigos e capítulos, publicados em importantes revistas científicas e livros, e organizador de títulos que se tornaram referenciais (como *Vida sob cerco*, de 2008, e *Favelas Cariocas*, de 2013), não podemos dizer que a ausência de um livro “solo” fosse uma lacuna no currículo de Machado da Silva. Diante da importância da sua produção para a sociologia urbana no Brasil, tal lacuna estava nas prateleiras das livrarias e nas estantes das bibliotecas.

Em 2016, tivemos a solução desse impasse. A Editora Mórula publicou *Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas* (2016). O livro reúne 19 textos¹ de Machado da Silva, publicados em seus 50 anos de pesquisas e estudos. Como diz o autor na apresentação, a seleção dos textos tem um recorte: escolheu aqueles que, direta ou indiretamente, “focalizam as ‘favelas’ como um objeto de tratamento empírico de inspiração etnográfica” (p. 9). Aliás, quanto à “inspiração etnográfica”, Machado usa tal categoria para apresentar uma característica das suas pesquisas, perceptível nos capítulos: o recurso à empiria (seja as que

vivenciou ou as que foram vivenciadas por colaboradores²), prática que lhe rendeu o apelido de “sociólogo” (MISSE et al., 2011).

Esse trânsito entre a antropologia e a sociologia, que o autor diz fazer de forma “herética”, não tira o caráter sociológico da sua produção. Mais que uma microanálise de campo (acusação remetida aos seus estudos), nos diferentes capítulos do livro, Machado apresenta uma abordagem prática da vida cotidiana das favelas “sob a rubrica de uma sociologia política” (p. 10), que nos oferece elementos para construir, por exemplo, uma análise mais abrangente (e menos particular) das relações entre o Estado e as camadas populares e questionar as perspectivas dominantes.

Outra característica que garante a identidade do seu trabalho é a imersão de seus escritos na teoria sociológica. De sociólogos clássicos aos contemporâneos, muitos passam pelos textos, seja para a análise de um discurso político/sociológico ou de dados empíricos. Machado também se destaca pela produção de uma teoria sociológica do urbano, elaborada a partir das favelas cariocas, mas aplicável a outros contextos, especialmente aqueles presentes nos países da América Latina, também marcados pela presença de narcotraficantes e a segregação dos territórios da pobreza. Tal teoria se faz perceptível nos conceitos que formulou diante dos desafios impostos pela empiria, registrados nas páginas de *Fazendo a cidade*: “burguesia favelada”, “sociabilidade violenta”, entre outros.

Detendo-me mais ao livro, ressalto que os capítulos, apesar de um sutil fio condutor em torno da escolha pelas favelas e classes populares como objetos de pesquisa, não sugerem uma continuidade ou unicidade dentro da obra. Assim, optei por apresentar alguns capítulos que, ou identifiquei como centrais para o entendimento da contribuição do autor para a sociologia urbana, ou considero que são interessantes a ponto da leitura se tornar indispensável. De qualquer forma, por meio desse breve “panorama” dos textos de Machado da Silva teremos uma dimensão do perfil da sua escrita e da forma apurada com que trata os temas que se propõe a investigar.

O texto que serve de introdução colabora para a compreensão dos demais capítulos, assim como para toda a produção sociológica sobre favelas. Também escolhido dentro da sua produção bibliográfica, “Meio século de sociologia das classes populares” – referente a uma conferência de 2006, revisitada para o livro – traz um exercício reflexivo do autor, marcado por suas “memórias do vivido”, sobre os 50 anos de produção de uma sociologia que toma as favelas como objeto de pesquisa. O autor identifica, nesse longo período, quatro “quadros intelectuais dominantes” que influenciaram as pesquisas sobre esses espaços populares e seus moradores. Esses enquadramentos não necessariamente se sobrepõem, mas nos diferentes períodos históricos um deles ganha destaque em relação aos demais. Em todos esses momentos o autor esteve presente

ativamente, inclusive questionando alguns pressupostos dos enquadramentos vigentes. Apresentaremos brevemente cada um deles:

- O primeiro quadro, pioneiro para a sociologia urbana no Brasil, teve destaque no início da década de 1960. Diante de um contexto sócio histórico que percebia a favela como zona de sociabilidade periférica, moradia das classes perigosas, o problema da *integração social* era o foco das políticas e das pesquisas sobre esses espaços e seus moradores. A questão habitacional ganhou um papel central, permitindo ao autor definir esse momento como uma “leitura ‘urbanística’ da questão social nas cidades” (p. 20). Essa leitura se concretizava, por exemplo, por meio das análises da “caótica” forma urbana, das cidades inchadas e do perfil dos moradores de favelas e das suas dificuldades de integração. Assim, ganhavam importância as investigações que exploravam a origem rural das populações desses territórios, nas quais a ausência de um *ethos* urbano parecia explicar seus problemas de integração.

- Em meados dos anos 1960, outro quadro, que se concentrava na marginalidade dos favelados em meio ao mercado de trabalho, deslocava a tônica da moradia para o emprego/ocupação. Primeiramente, entendia-se a questão da integração nesse mercado como resultante dos problemas no processo de modernização do país, que se resolveria com a promoção do desenvolvimento industrial pelo Estado³. Em outro momento, com críticas à primeira interpretação, encontramos uma produção de orientação marxista que identificava as distorções no mercado como próprias do capitalismo: uma exploração que gerava um exército de reserva, possibilitando outras formas de exploração. As relações entre os moradores das favelas e demais agentes da cidade passavam a ser lidas na perspectiva do conflito de interesses entre classes. Nesse enquadramento, a favela deixa de ser um problema e passa a ser um caso exemplar: o lugar onde se encontram os trabalhadores vítimas ou de uma sociedade atrasada ou de um capitalismo que, intencionalmente, não promove a integração.

- Temos outro quadro a partir da década de 1970, inspirado pelos anseios de uma redemocratização do país. A sociologia urbana se ocupou da análise dos “movimentos sociais urbanos”, e seus olhares se voltaram para a formação desses agentes transformadores, que já não mais seriam a classe operária⁴ e nem responderiam aos conflitos de uma perspectiva unificada (partindo do pressuposto de classe). Esses movimentos, nas favelas, demandavam, pela via das ações coletivas, acesso aos serviços sociais urbanos, entendidos como “bens de cidadania a serem providos através da pressão sobre o Estado” (p. 25). As favelas tornavam-se uma referência: não eram mais vistas, prioritariamente, como território dos desintegrados ou dos desprestigiados pela economia, mas como fonte de uma ação autônoma de base, que era transformadora. O autor, no entanto, aponta que tal período foi marcado por um dualismo questionável: de um lado estariam os movimentos

sociais e suas reivindicações e, na esfera oposta, o Estado que deveria prover tais serviços pelas políticas públicas, como se essas relações não pudessem/devessem ser problematizadas.

- O último quadro intelectual ganha espaço a partir do final da década de 1980 e sobre ele o autor tece considerações, admitindo suas incertezas sobre o que encontra e reconhecendo o momento como de profundas transformações na experiência e na representação intelectual da questão urbana. Destaca que, se a discussão sobre as favelas conservava uma orientação capaz de fundamentar uma imagem totalizadora da vida social nesses espaços, essa foi abalada pela presença e generalização da criminalidade violenta, que não poderia mais ser entendida somente como uma quebra da ordem social. Essa violência, que causou uma profunda ruptura com o andamento do processo social, parece acompanhar um momento de reorganização da atividade política, pautado em um consenso de que o Estado não é mais capaz de exercer o papel que lhe parecia proeminente nos outros quadros: o controle dos conflitos, a partir da sua função regulatória. Machado da Silva ressalta ainda que esse conflito a partir da violência não se compreende com os mesmos antagonismos de antes (o do conflito de classes ou o a sociedades *versus* Estado): a violência – sempre presente nas favelas – mudou seu significado interno e sentido histórico, alterando profundamente a vida dos moradores das favelas, questão que o autor discutirá por meio do conceito de *sociabilidade violenta*.

Sobre os demais capítulos que destacarei (e que serão descritos em sintonia com a análise da introdução), trago inicialmente um em que o autor dialoga (criticamente) com o primeiro e o segundo quadros intelectuais. Trata-se de “O significado do botequim”, publicado originalmente em 1969, um dos textos mais interessantes do livro.

Ao buscar um tema de aparente irrelevância, o autor apresenta uma brilhante descrição da organização social nessas casas de bebidas nas proximidades de favelas⁵, destacando, por exemplo, as divisões em grupos, a hierarquização de clientes, as práticas e símbolos de prestígio (ou desprestígio), os sistemas de disputa e solidariedade, as relações de “poder” entre dono de bar e clientes, os códigos morais etc. Mas, prioritariamente, vai buscar o significado dessas interações pelo botequim para desmitificar a crença do morador da favela como um não integrado à cidade. Na análise do autor, os frequentadores desses comércios tinham uma convivência desastrosa nos ambientes considerados “tradicionais” da integração social (e que pareciam “falir” nesse momento): a família e a comunidade. Também, sendo na grande maioria “biscateiros”⁶, estariam desconectados do mercado de trabalho e das formas de organização sindical.

Os frequentadores do botequim seriam então, precariamente integrados, e encontrariam nesses locais uma oportunidade de fazer um tipo de “comunidade”. Segundo o autor, o próprio

sistema conduzia para isso: a necessidade de encontrar um mecanismo de sustentação que lhes emprestasse um sentido para o mundo, antes concedido pelas instituições citadas. Optavam pela sociabilidade nos botequins, pois lá, diferentemente dos demais ambientes, o conflito era controlado, a competição estaria em um nível aceitável e o álcool os liberava da “consciência de inferioridade”. Mas se o botequim era um tipo de comunidade, ele tinha uma roupagem nova, pois essa casa de bebidas estava inserida no meio urbano e na sociedade de consumo, não só pela localização e atividade comercial, mas pelas conexões com a cidade com o mercado. O frequentador, independente do seu local de moradia ou da sua posição no mercado de trabalho, estava integrado à sociedade por meio da interpretação e da ótica de sentido que lhe foi atribuída pelo botequim. Sendo assim, por meio desse microcosmo o indivíduo se integrava, de forma particular, ao macrocosmo social.

De 1984, temos “Mata Machado: aspectos de las luchas sociales en una favela carioca” (em coautoria com Paulo Magalhães). O texto reflete o momento marcado pelo terceiro quadro, onde os movimentos sociais de bairros ganhavam projeção. A atenção em torno a esses movimentos não era despropositada: como ressaltou o autor em outro capítulo (“Associação de moradores: mapeamento preliminar do debate”), esses floresciam pois “em sua base estão as enormes carências da população carioca associadas ao caótico crescimento da cidade, gerando um amplo conjunto de demandas que não cabia nos mecanismos institucionais tradicionais” (p. 85).

O texto apresenta um histórico das lutas sociais dos moradores desde a sua fundação, em 1945, até 1978. Destaca que tal favela, que surgiu para abrigar os trabalhadores que atuavam em uma fazenda e depois em uma fábrica, passou por um histórico de ameaças de remoção após o fechamento da empresa e, desde então, seus moradores protagonizaram conflitos com o dono do terreno (antigo dono da fábrica) para permanecerem no local. Tais conflitos só foram finalizados entre 1976 e 1978, quando conseguiram, na justiça, a posse do terreno. O histórico dessas lutas nos permite compreender a ascensão dos movimentos de bairro. Nos primeiros anos do conflito pela moradia, tinha protagonismo o sindicato, principalmente por conta da relação entre moradia no bairro e emprego. A desfiliação desses setores, após a venda da fábrica, foi dando espaço ao associativismo dos moradores, que passou a ter na posse da terra o princípio de suas ações. Nesse caminho de lutas, a associação de moradores foi fortalecida por outras instituições, como a Igreja Assembleia de Deus local – que acabou trazendo pautas de moralização e controle para a sua gestão. Na década de 1970, diante do fortalecimento da ameaça de remoção, a organização perdeu esse caráter disciplinador e passou a se organizar mais em torno da pauta do direito à moradia.

Com relação ao terceiro quadro dominante, o texto questiona alguns dos seus princípios. Primeiramente, o de que determinados grupos religiosos – diferente dos movimentos de bairros

– seriam desinteressados da política local. Havia, segundo os autores, uma relação entre as igrejas pentecostais e a política interna que não podia ser ignorada. Depois, ficava claro que o conflito estabelecido nessas lutas se dava menos com o Estado e mais com o dono do terreno. Na verdade, as intervenções do Estado em diversos momentos – como a reabertura da fábrica, o auxílio de um deputado, a promessa de urbanização – ajudaram a diminuir os embates e seus efeitos. Essas intervenções resultaram ora da visibilidade das lutas desses moradores, ora das relações construídas com os agentes públicos, mostrando o quanto essa dualidade entre movimentos sociais e Estado parecia uma forma limitada de compreender a natureza dessas lutas sociais.

Referente ao último quadro intelectual, destaco um dos capítulos – “Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”, de 2004 – que permite a compreensão de um conceito fundamental para o entendimento da produção mais recente do autor: a *sociabilidade violenta*. Antes de qualquer coisa, vale ressaltar que tal conceito, segundo o próprio Machado da Silva, é um tipo ideal (no sentido weberiano da expressão), pois apesar de possibilitar a análise densa de um fenômeno, não pode ser confundido com a leitura empírica da realidade.

Para apresentar esse conceito, o autor explicita que, nas grandes cidades brasileiras, podemos encontrar dois tipos de ordens sociais, que apesar de diferenciadas não necessariamente se excluem⁷. A primeira é a ordem estatal (legal), e a outra parte da violência urbana. Violência urbana é, para o autor, a categoria que expressa uma representação coletiva, que confere sentido às experiências vividas nas grandes cidades, indicado um complexo de práticas criminosas marcadas pelo recurso à força. Ela ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial: a integridade física e a garantia patrimonial. Por isso, essa representação acaba por apontar modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, para escapar dos possíveis efeitos da violência. Essa forma de vida se consolida em uma ordem social na qual o uso da força é o princípio organizador das relações sociais. Vale dizer que, as populações que produzem essa representação não são as portadoras do sentido dessa ordem social, apenas aderem à mesma organicamente e acabam por validá-la.

A sociabilidade violenta seria um padrão específico de sociabilidade da violência urbana. Nela, a força passa de meio de obtenção de interesses a princípio de regulação das relações sociais. Os criminosos, que são os agentes dessa sociabilidade, não se pautam pelos interesses coletivos e nem pelos limites da ordem estatal para moderar seus interesses individuais: na verdade, todos devem se organizar de modo a atender os seus desejos. Seu único limite seria uma racionalidade instrumental, que garante a forma de fins e interesses aos seus desejos e pulsões. Segundo o autor, ao contrário do comumente dito, não agiriam de forma coletiva, mas conjugariam suas práticas em favor dos desejos individuais. Do outro lado dessa sociabilidade estariam os moradores das favelas, as áreas das grandes cidades que, por uma série de razões, se tornaram espaços privilegiados de atuação da criminalidade.

Estes passariam, por medo das consequências, a submeter-se à vontade desses criminosos, respeitando os códigos de conduta expostos. Diferente das relações firmadas com a ordem estatal, não encontram espaços de negociação, aderindo a essa dominação nos diferentes aspectos da vida.

Machado da Silva, ao identificar essa representação, sua ordem social e sua sociabilidade, questiona uma interpretação dominante que tende a perceber o crime violento somente como uma quebra do contrato social, como se os agentes da criminalidade nas grandes cidades participassem do mesmo sistema de sentidos (baseado na ordem institucional-legal) para entender e elaborar suas práticas. Um exemplo é a teoria do desvio: caberia ainda dizer que os criminosos das grandes cidades partem das especulações em torno do “baixo custo de oportunidade” para efetuarem suas ações, diante dos riscos aos quais se expõem? Nessa interpretação, o fracasso do Estado é o grande responsável pela proliferação do uso ilegítimo da força e da violência por parte dos criminosos. Mas essa leitura da violência urbana, na verdade, parte de um etnocentrismo (quanto aos sentidos das ações) que a torna incapaz de compreender tal realidade.

Vale dizer que o conceito de sociabilidade violenta é alvo de muitos questionamentos, mas percebemos sua importância analítica quando observamos as práticas de cerceamento e silenciamento às quais os moradores de favela estão cotidianamente submetidos. Parte da produção recente de Machado da Silva (registradas, inclusive, em artigos publicados no livro) tem procurado sustentar essa construção analítica com dados empíricos, como ressaltaram Freire e Rocha (2016).

Acredito que a sociologia urbana de Machado da Silva tem duas grandes contribuições para essa área, e os textos selecionados para o livro as demonstram. A primeira delas é a afirmação de que as favelas e seus habitantes são bem mais heterogêneos do que os discursos dominantes apresentam – e esses discursos têm sustentado certas “aberrações” conceituais que nos impedem de compreender o que realmente acontece nas favelas. E à medida que eles invadem a esfera pública, muitas vezes resultam em políticas deficitárias, incapazes de compreender e atuar na realidade.

Nesse aspecto, aparece a segunda grande contribuição, que é a valorização do recurso à empiria na sociologia. Se queremos superar essas concepções dominantes e dar vez ao exercício sociológico de estranhar e desnaturalizar discursos e fenômenos sociais, o trabalho empírico, especialmente aquele de caráter etnográfico, por sua capacidade de capturar sentidos, se revela como um instrumento metodológico eficaz. Nos textos que apresentei, ficava claro o recurso do autor ao trabalho de campo para mostrar que o discurso político/científico generalizante poderia ser facilmente desconstruído com a observação da realidade.

No mais, a escrita do autor é de uma densidade que exige uma imersão do leitor no texto. Algumas vezes, é necessário reler parágrafos, não por falta de clareza, mas por conta da “costura” que o autor estabelece entre as diferentes partes do texto, tornando cada linha indispensável para

a devida compreensão do todo. Essa imersão permite uma agradável experiência, por conta da forma inteligente e dialógica com a qual Machado da Silva constrói seus raciocínios.

Notas

¹ Alguns dos textos presentes no livro foram publicados em coautoria. Há ainda um capítulo final, escrito por Lia Rocha e Jussara Freire (2016), no qual apresentam uma “sociografia” do autor.

² Como apontaram Freire e Rocha (2016), Machado da Silva teve um trabalho de campo intenso nas primeiras décadas de sua carreira, mas fez, posteriormente, um movimento de retração. Isso não significou o abandono da empiria, pois “o trabalho de campo foi sendo substituído pela análise do material empírico produzido por seus colaboradores e pelo uso de técnicas alternativas, como o grupo focal, fonte empírica de muito dos artigos escritos para o livro *Vida sob cerco* (2008) (p. 359).

³ Tal discurso, segundo o autor, era promovido principalmente pelos intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

⁴ Nesse momento, segundo o autor, tanto a classe operária como o movimento sindical eram acusados de serem coniventes com o instituído, sendo incapazes de gerar uma mudança.

⁵ O autor desenvolveu sua pesquisa com incursões etnográficas em dois bares, um no Rio de Janeiro e outro em Fortaleza. Ambos se localizavam próximos a acessos de favelas e eram frequentados, prioritariamente, pelos moradores desses espaços.

⁶ Prestadores informais de serviços.

⁷ Segundo o autor, “a violência urbana, como referência para a formação de ações, está longe de cancelar ou substituir orientações subjetivas relacionadas à ordem estatal. Até porque é a partir destas que a representação da violência urbana se constrói, pois a experiência que a fundamenta é a ameaça à segurança, a e avaliação dessa se reporta a uma ordem institucional-legal ideal tomada como parâmetro” (p. 203).

Referências

- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2016), *Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro, Mórula.
- _____ (org.). (2008), *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- _____ ; MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna [e] SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.). (2012), *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Garamond/Faperj.
- FREIRE, Jussara [e] ROCHA, Lia de Matos (2016), “Para uma sociografia da sociologia urbana brasileira: A obra de Luiz Antonio Machado da Silva”. Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro, Mórula, pp. 344-362.
- MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; ZALUAR, Alba; LEITE, Márcia Pereira; CUNHA, Neiva Vieira [e] FELTRAN, Gabriel. (2011), “Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais: Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antonio Machado da Silva”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 4, nº 4, pp. 663-698.

RESENHA DE: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2016), *Fazendo a cidade: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro, Mórula.

WELLINGTON DA SILVA CONCEIÇÃO (wellingtoncs@mail.uft.edu.br) é professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT, Brasil). Possui doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil), mestrado em educação, cultura e comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPG/ECC) da Uerj e graduação em ciências sociais pela Universidade Cândido Mendes (Ucam, Rio de Janeiro, Brasil).